

Fernando Lemos

Ew. Brasil

## Sai Funaro, entra Funaro

Não há — nem pode haver — mais nenhuma dúvida: o ministro Dilson Funaro será o responsável pela economia, com poderes totais e respaldo de seu partido, o PMDB, por mais algum tempo. O presidente José Sarney desautoriza qualquer especulação sobre um possível plano paralelo, que estaria sendo preparado por um grupo de economistas de fora do governo, sob a coordenação de Jorge Murad, seu genro e secretário particular, com a participação de Miguel Ethel, Pérsia Arida e André Lara Rezende. Existe um plano em gestação, mesmo porque essa é uma exigência dos credores e dos empresários, mas o pai da criança chama-se Dilson Funaro. Doa a quem doer.

Nem poderia ser de outra maneira: montar uma alternativa, a esta altura, seria demitir Funaro. E demitir Funaro seria romper com o PMDB, que continua a ser o partido de sustentação do governo. O PMDB reuniu sua executiva e deu carta branca a Funaro e à moratória. Agora, trata-se de dar coerência à política econômica ditada por Funaro, João Manoel Cardoso e Luiz Gonzaga Belluzzo, e seja o que Deus quiser. Funaro só em parte tem culpa no cartório pela destruição do Plano Cruzado. Havia um contexto no qual se optou pela manutenção do congelamento a qualquer custo, numa situação artificial, para derrotar Brizola no Rio e conseguir uma ampla vitória eleitoral, garantindo o futuro (a Constituinte) em troca da desarrumação da economia (o presente). Deu no que deu, foi um risco calculado, e o PMDB paga agora o preço.

Não cabe mais perguntar se não teria sido melhor admitir uma vitória do Darcy Ribeiro no Rio, algumas derrotas localizadas, perder algum espaço na Constituinte, em troca de uma maior racionalidade na condução da economia. O preço, no entanto, é alto: a economia está caótica, as greves se multiplicam e contribuem para aumentar a desestabilização, e os governadores — todos do PMDB, à exceção de Antônio Carlos Valadares, do Sergipe — receberam heranças trágicas, e inevitavelmente se desgastarão no primeiro momento de seus governos.

É preciso entender o seguinte: um novo fracasso de Dilson Funaro, com respaldo total do PMDB significa o fracasso da alternativa econômica proposta pelo partido. Há duas semanas, neste mesmo espaço, já previa que isso iria acontecer, e fazia uma pergunta que continua valendo: será que o país aguenta? É claro que tudo depende da opção que o ministro Dilson Funaro tomar, em matéria de política econômica. Mas, se o risco econômico intrínseco é grande, o risco político de um plano paralelo, que inevitavelmente levaria à demissão de Funaro e ao rompimento com o PMDB, seria também enorme. Sarney preferiu o risco econômico de continuar com Funaro (e com o PMDB).

Mas é bom não esquecer: se Funaro falhar, o PMDB terá falhado, o Sarney terá gás para fazer sua opção pessoal, já então, provavelmente, com seu mandato definido. O governo já sabe que, no bojo da crise econômica, virá uma nova campanha, não de "diretas-já", mas de "diretas-logo". A campanha será filha das greves e por isso o governo resolveu agir com firmeza — ao contrário do que vinha fazendo — em relação às greves. Como sempre, o raciocínio político de Sarney é irretocável. Ele é um equilibrista entre os extremos, numa aliança entre partidos que não têm consistência nem coerência. Mas a economia não espera e não há sinais de que a equipe de Funaro seja capaz de concretizar algum plano factível, capaz de agradar gregos e baianos.

Cedo ou tarde, provavelmente muito mais cedo de que se pensa, Sarney terá que optar entre um racha com o sistema financeiro internacional, e aí terá o respaldo do PMDB mais à esquerda e talvez de partidos que hoje não frequentam a Aliança Democrática, ou a volta à economia do mercado, com uma opção mais ortodoxa, e aí será apoiado pelo PFL, o PL e uma boa parte do PMDB, contando com o aval silencioso do PDS, do PDC e outros partidos à direita. Evidentemente, em qualquer das hipóteses estará superada a era Funaro.

A reforma ministerial, em consequência disso, provavelmente será bem menos ampla do que se espera: Marco Maciel deve ficar onde está; Carlos Wilson deve mesmo assumir o Ministério do Interior; Ronaldo Costa Couto deve mesmo ir para a Caixa Econômica; Ralph Biasi deve mesmo assumir o MIC (e José Hugo não será abandonado) e fora disso só há quatro ministérios onde pode haver mudanças: Desenvolvimento Urbano (embora Deni Schwartz deva ser aquinhado com algum cargo do 1º escalão, como compensação), Saúde, Reforma Agrária e Relações Exteriores. Afinal, bem cedo pode ser necessária uma nova reforma, para tornar a gestão econômica mais afinada com o discurso do presidente José Sarney — que é privatizante, fiel à economia de mercado e desenvolvimentista.